

Estado discute desapropriação

Guaçuí - O deputado Ricardo Ferraço (PTB) se reúne hoje, em Brasília, com a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), Marília Marreco, para confirmar a data da audiência pública onde serão debatidas as questões relacionadas com a desapropriação de terras no Entorno do Caparaó. Ele está reivindicando ao Instituto a abertura de uma Unidade de Gestão do parque do Caparaó no Espírito Santo. A audiência pública também foi solicitada pela Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama).

O Ibama está desapropriando 345 propriedades agrícolas nos municípios de Divino de São Lourenço, Ibitirama, Iúna e Irupi para ampliação do Parque Nacional do Caparaó (Parna). Muitas dessas propriedades são produtoras de café e empregam centenas de trabalhadores rurais.

A princípio, a audiência estaria marcada para o dia 4 de dezembro, mas a data poderá ser

transferida para o dia 8 por causa da agenda dos participantes. Já se sabe por certo que vai acontecer no Distrito de Santa Marta, em Ibitirama. Além da presidente do Ibama, já confirmaram presença, segundo o deputado, o diretor nacional do Instituto para Assuntos de Parques Nacionais, Estânio Luiz Márcio Hadad; a superintendente do Ibama no Estado, Ana Emília Gazel Jorge; produtores, prefeitos, dez organizações não-governamentais (ONG), Seama e o Consórcio do Caparaó.

Ricardo Ferraço classificou a não-participação de representantes do Governo do Estado e de sindicatos de trabalhadores no processo de avaliação das propriedades agrícolas como um ato autoritário, antiquado e um modelo vencido de administração. "Não se pode mais administrar o país de Brasília, muito menos nessa questão do Caparaó, onde deve haver debate com a comunidade envolvida."

Conforme informa o deputa-

do, está programado, durante a audiência pública, um sobrevôo de helicóptero com os representantes do Ibama para que eles conheçam de perto o prejuízo sócio-econômico que a desapropriação poderá trazer à região. "Estamos felizes que o parque seja ampliado e isso é bom para o meio ambiente. Por outro lado, é necessário que se ouça os moradores. É possível compartilhar tudo isso no mesmo vetor", diz.

Ricardo Ferraço também questiona os critérios como estão sendo conduzidos os recursos e projetos usados no gerenciamento do Parque Nacional do Caparaó, até agora sob gestão de Minas Gerais. Ele reivindica a abertura da Unidade de Gestão pelo lado capixaba.

O secretário da Seama, Almir Bressan, achou relevante a iniciativa do Ibama em ampliar o parque e lembrou que constantemente está solicitando junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) novas unidades de conservação para o

Estado. Entretanto, classificou como "um absurdo o fato de a comunidade capixaba não estar sendo ouvida pelo Ibama".

Argumentou que no Caparaó estão sendo tocados projetos pela Seama, em parceria com o Consórcio do Caparaó, e a forma que o processo de desapropriação está sendo conduzido poderá "atrasar todo o processo". "Não fomos informados de nada e queremos participar, com toda a comunidade do Caparaó. Pensamos que as desapropriações aconteçam, mas dentro de uma realidade ambiental da região. Estamos trabalhando há muito tempo dentro de um plano de desenvolvimento sustentável visando ao aproveitamento do ecoturismo na região. E não se pode castrar todo esse processo", disse Bressan.

A reportagem tentou falar com Jairo Francisco de Barros e Estevão Marchesini, ambos do Ibama, mas não foram localizados nem deram retorno às ligações que foram feitas.